

Imagens da diáspora haitiana no Brasil ou o espelho de uma visão neocolonial

Jânderson Albino Coswosk

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Vitória - Espírito Santo - Brasil
jandersoncoswosk@gmail.com

Resumo: Sob uma perspectiva Pós-Colonial, atrelada à Teoria da Imagem proposta por Didi-Huberman (2010) e Rancière (2012), o artigo reflete sobre algumas imagens selecionadas a respeito da diáspora haitiana no Brasil contemporâneo, bem como da presença brasileira no Haiti com as Forças Armadas, dentro do fluxo imagético da mídia hegemônica. Destacamos o modo pelo qual essas imagens são aprisionadas em regimes de vitimização e expropriação histórica da vida desses sujeitos, apontando, ainda, também com base teórico-crítica e em dados estatísticos, de que modo essas mesmas imagens podem ser libertas dos estereótipos a que elas são confinadas.

Palavras-chave: Diáspora haitiana no Brasil. Migrações. Violência. Haitianos. Genocídio negro.

Introdução

Os relatos de viagem por parte de homens dos mais diversos cantos do planeta produziram imagens das Américas e da África que se configuraram em objetos de leitura do senso comum até alvos de pesquisa etnográfica dos estudiosos. Viajar em busca de novos territórios a desbravar e explorar exigia, por parte dos colonos, o registro de suas impressões, que eram tomadas como narrativa única e possível dos povos que habitavam as Américas antes da ocupação europeia e de sociedades já configuradas no continente africano antes da chegada do europeu.

A escrita colonialista é revestida de exemplos que detalham as impressões de viagens de colonos europeus pelas Américas e pela África. Esses relatos povoavam o imaginário europeu e dos colonos letrados que viviam nos territórios colonizados. Essas narrativas carregavam toda uma ideia acerca do que o europeu desenvolvia a respeito dos povos nativos que habitavam esses espaços. O colono era considerado um herói nacional, um desbravador, aventureiro, em busca de um território a ser explorado. Dessa forma, constituía-se, muito antes do que conhecemos como modernidade, uma rede de impressões/imagens imaginadas pelos colonizadores a respeito de povos e terras

colonizados. Nas palavras de Mary Louise Pratt (1999a, p. 28-9), a exploração e os relatos de viagem fabricaram

“o resto do mundo” para leitores europeus em momentos particulares da trajetória expansionista da Europa, produzindo concepções europeias de si mesma, diferenciadas em relação àquilo que se passou a ser possível denominar “o resto do mundo”.

Ou ainda, como diria Todorov (2003), inventaram o *Outro*. Produzir o *Outro* implica em criar discursos capazes de se apropriarem de sua História, dar nome a ele e controlá-lo dentro de um sistema de previsibilidade. O ato de colonizar sempre esteve ligado ao de inventar. Nesse caso, a prática da invenção do *Outro* implica também em sua exploração.

O consumo dessas imagens pela metrópole passou a envolver uma interação multidimensional entre os fatores culturais, políticos, sociais e econômicos a partir do século XVI. Pratt (1999b) expõe que essa nova ordem dos fluxos de imagens e de capital, ou, como diríamos hoje, a chamada globalização, não é algo novo. Ao falar sobre a expansão marítima europeia e a literatura de viagem, evidencia o termo “globalização” como algo que substituiu o termo “imperialismo”. De fato, a globalização “aponta para uma nova ordem mundial onde o eurocentrismo e a dinâmica imperial centro-periferia perderam sua importância” (PRATT, 1999b, p. 19). À medida em que evidencia a sistematização da “história natural como estrutura globalizante do conhecimento” (PRATT, 1999b, p. 25) e a expansão imperial europeia, mostra que, a partir do início do século XVI, já era possível falar de um “sujeito europeu globalizado”.

Carrillo (2003), ao discutir sobre a relação do colonizador e do colonizado, enfatiza que este sujeito se percebia como aquele dotado de controle sobre terras, sobre a natureza, sobre o *Outro* e o conhecimento. Via a cultura não europeia como algo inferior, e a sua como civilizatória. Confirmando os argumentos de Pratt (1999b), Carrillo (2003) afirma que essa herança dicotômica (colonizador/colonizado), sendo uma construção social, tornou-se “globalizador”/globalizado, porém sua relação hierárquica e dual se mantém intacta.

As aspirações pelo desbravamento para um além-Velho Mundo se deram, também e principalmente, no nível do texto. Na verdade, toda a ideia que se constituiu das Américas e do continente africano se deu a partir do impresso, já que

o Império foi, em grande parte, um exercício textual: relatórios de burocratas coloniais, anúncios, tratados políticos, diários, editais, cartas, romances de aventura, todos continham ideias imperiais de orgulho racial e poder nacional. [...] Em curto espaço de tempo, muitas pessoas encontraram-se com uma enorme diversidade geográfica, cultural e humana, e recorreram a figuras retóricas conhecidas para traduzir o inarticulável, tornando familiar o estranho pelo uso de nomes conhecidos, e convenções textuais estabelecidas (SANTOS, 2010, p. 343).

Não só o mapa, o museu e o jornal, como aponta Benedict Anderson (2008) em seu clássico *Comunidades imaginadas*, foram instituições importantes na consolidação do Império, da colonização e, posteriormente, das ideias fundacionais dos Estados nacionais modernos, em oposição aos reinos dinásticos, mas a literatura foi o grande, e talvez o maior, veículo de produção de imagens do *Outro* não-europeu no Velho Mundo.

No Brasil não foi diferente. Dentre tantos outros exemplos, Silviano Santiago (2014) reflete sobre o papel da Carta de Pero Vaz de Caminha, passando por padre Antônio Vieira e seu Sermão da Sexagésima (1655) e por José de Alencar em *Iracema* (1865) e suas leituras do Brasil, como tradutores e intérpretes do período colonial brasileiro. Embora o seu trabalho e de tantos outros pesquisadores tivessem sofrido influências do que ele designa de “vírus lusitano colonial” (SANTIAGO, 2014, p. 8), o autor expõe as manobras do colonizador, nas pessoas de Caminha, Vieira e Alencar, e conclui que o período colonial brasileiro constituiu-se de metáforas: com metáforas, o estrangeiro estabelecia padrões culturais e linguísticos, escrevia textos descritivos sobre o território brasileiro, determinava o que pertencia à civilização e à barbárie, disseminava valores impregnados em textos/cartas que se tornariam canônicos mais tarde. O indígena, como “tabula rasa”, e a “metáfora da semente”, difundida pelos jesuítas, eram o prato cheio para o colonizador português implantar uma nova forma de ler a paisagem colonial brasileira. A palavra “semente” foi cartografada pelo crítico nos textos supracitados, além de ser refletida em sua variante latina *semen*, na acepção bíblica “*Semen est verbum Dei* [A semente é a palavra de Deus]” (SANTIAGO, 2014, p. 8), fazendo da Carta de Caminha e de seus “textos sucessores”, “[o] sel[o] [do] devir português e cristão de uma terra e de seus habitantes; o devir de uma cultura não-ocidental; o devir do futuro Estado-nação chamado Brasil” (SANTIAGO, 2014, p. 12). Com a ascensão da fotografia e com o uso da fotografia colonial como instrumento de controle e representação de corpos colonizados, foi possível criar imagens para além das metáforas coloniais.

A propagação de imagens negativas em torno de quaisquer signos que provocassem lembranças em torno do legado africano, através de seus resíduos disseminados pelo Atlântico e traduzidos em territórios fora de África, encontra seus ecos na contemporaneidade de modo mais imediato, capazes de fixar e disseminar histórias de submissão, vitimização e expropriação histórica que envolvem o continente.

Partindo dessa premissa, o presente artigo reflete sobre algumas imagens selecionadas a respeito da diáspora haitiana no Brasil contemporâneo, bem como da presença brasileira no Haiti com as Forças Armadas, dentro do fluxo imagético da mídia hegemônica. A análise destaca a maneira como essas imagens são aprisionadas em regimes

de vitimização e expropriação histórica da vida desses sujeitos, apontando, ainda, o modo como essas mesmas imagens podem ser libertas dos estereótipos a que elas são confinadas.

Impressões de Viagem

“Ele estava completamente nu. Não tinha mais do que 4 anos. E nu, brincava no meio do esgoto, descalço, na companhia de três ou quatro porcos que faziam o mesmo” (HUCK, 2016, p. 1). Essas são as descrições iniciais de uma espécie de relato de experiência, ou em termos mais próprios do que trataremos em linhas gerais aqui, das impressões de viagem do apresentador Luciano Huck, ao visitar o Haiti para gravar uma matéria. Ela foi ao ar no dia dezesseis de julho de 2016, na qual o apresentador destaca sua opinião, ou como ele mesmo diz, suas “impressões” sobre o cotidiano haitiano e o papel das Forças Armadas Brasileiras que se encontravam em missão de paz pelo Conselho de Segurança da ONU no Haiti desde 2004, quando o país esteve à beira de mais um golpe de Estado.

Antes de exibir a matéria, o apresentador descreve o Haiti através de uma comparação:

Recentemente, fiz uma das viagens mais marcantes da minha vida [...]. A gente [*sic*] foi até um país perto, [...] aqui no Caribe – se fosse direto daria, sei lá, cinco ou seis horas de voo, talvez. Mas que parece muito distante! Não pela distância de quilômetros, *mas distante no que a gente [*sic*] considera ideal e justo para as pessoas no mundo* [grifo nosso]. Estou falando do Haiti: um país que foi castigado com duros golpes de Estado ao longo de sua história. Esse turbulento país caribenho estava à beira de um golpe civil, em 2004, quando o Conselho de Segurança da ONU interviu no Haiti com uma missão de paz, [...] comandada pelo Brasil que, desde o começo envia um enorme contingente militar brasileiro [*sic*] ao longo desses anos todos.¹

A fala retrata o Haiti quase como um tropo, uma metonímia da ausência de dignidade humana. O relato televisivo soa como uma narrativa, um conto, entrecortado pelos tempos pretérito e presente, na condição de um narrador de terceira pessoa, um espectador da realidade que narra. Seu núcleo de personagens é reduzido a um menino que brinca nu em meio a porcos, cabras e ao “cheiro indescritível” do esgoto de Cité Soleil, à mãe da criança que cozinha “uma sopa na qual nem os porcos pareciam interessados” (HUCK, 2016, p. 1), além da ausência justificada de ratos e urubus, que já poderiam ter sido devorados pela população. Por fim, exhibe como heróis nacionais os militares do exército brasileiro, sem os quais seria impossível perceber dignidade e esperança alguma naquele local, além de um orgulho pessoal que se converte ao orgulho nacional. A criança nua em meio à destruição

¹ Transcrição da fala do apresentador no início da matéria, disponível em <http://gshow.globo.com/tv/noticia/2016/07/luciano-huck-vai-ao-haiti-e-mostra-vida-dos-militares-brasileiros.html>. Acesso em 10/02/2018.

funciona como representação de todo o povo haitiano, dos “eternos sem lar”, cuja vida depende da “generosidade” internacional.

Os olhos do apresentador, na qualidade de uma testemunha, percebem-se reféns e incapazes de qualquer reação diante dessas “imagens intoleráveis”, tal como diria Jacques Rancière (2012, p. 83) ao tratar de uma imagem que “é real demais, intoleravelmente real demais para ser propost[a] no modo da imagem”. Tão real e chocante quanto a captura imagética da fotografia de Kevin Carter, da menina sudanesa que se transformou em presa para um abutre e, após ganhar um prêmio Pulitzer pela fotografia, suicidou-se. Como o próprio Rancière (2012, p. 17) apontou, “o espectador ocidental daquelas fomes longínquas” poderia, a partir dessa imagem, se embeber de uma percepção sobre o Sudão e também faria do fotógrafo alvo – como aconteceu – de intenso desprezo: “acaso não era atitude de abutre humano ter esperado o momento de tirar a fotografia mais espetacular, em vez de socorrer a criança?” (RANCIÈRE, 2012, p. 97). Existe uma simbiose entre o apresentador de televisão e o fotógrafo: a vontade de testemunhar o intolerável, mesmo que de modo passivo.

A visita do apresentador ao Haiti é sintomática, já que a imigração compulsória de haitianos para o Brasil iniciou-se a partir de 2008, com a crise econômica mundial, intensificando-se em 2010, por conta do terremoto que assolou aquele país (COGO, 2014). Grande parte desse processo imigratório se deve também aos eventos mundiais que aconteceriam no Brasil, como a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016, que também provocou o êxodo de norte-americanos, espanhóis, portugueses e senegaleses (COGO, 2014, p. 25).

No documentário *Rekomanse* (2014), haitianos que residem em Chapecó-RS destacam o imaginário coletivo haitiano em relação ao povo brasileiro. Além dos atletas do futebol brasileiro marcarem positivamente a fala dos haitianos entrevistados, também afirmam terem escolhido o Brasil como destino por conta da solidariedade e afetividade que o povo brasileiro demonstra com quem para cá imigra. Essa imagem do Brasil no Haiti se deve ao que Cogo (2014, p. 26) denomina de “enlaces Brasil-Haiti e antecedentes da imigração haitiana”, ao esclarecer que a zona de contato entre Haiti e Brasil ocorreu muito antes desse intenso deslocamento de haitianos para o território brasileiro, tendo em vista a atuação das Forças Armadas no Haiti a partir de 2004.

Brasil e os fluxos migratórios contemporâneos: o caso haitiano

No que diz respeito ao fluxo migratório de pessoas pelo mundo, o Brasil se vê inserido em uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que é visto como um país de emigração, principalmente a partir dos anos 1990, quando o fluxo de brasileiros nos Estados Unidos, Japão, Portugal e Paraguai aumentou significativamente (COGO, 2014), o país também se enquadra na caracterização de um território de imigração, já que no final do século XIX até os anos 1940, recebeu uma leva de cinco milhões de imigrantes, incluindo não apenas “italianos, portugueses, espanhóis, alemães e japoneses, mas também grupos migratórios menos expressivos numericamente, como russos, austríacos, sírio-libaneses e poloneses” (COGO, 2014, p. 25). Em 1930, o Brasil desenvolveu políticas de controle migratório, de modo a coibir o fluxo incentivado de pessoas a suprirem a mão de obra necessária para manter as lavouras cafeeiras paulistas (VÉRAN *et al*, 2014, p. 1008-1009). Ao contrário do período escravocrata, que se caracterizou pela imensa diáspora africana através da captura e comércio de pessoas, a imigração incentivada para o solo brasileiro até os anos 1940 foi majoritariamente branca, refletindo uma tentativa de branqueamento da população brasileira.

Os haitianos possuem como rota de entrada o Amazonas, em Tabatinga, e o Acre, em Brasileia e Assis Brasil, espalhando-se pelo Sul, Norte e Sudeste do Brasil (PIMENTEL; COTINGUIBA, 2014). Geralmente partem de seu país de origem para a República Dominicana ou Peru, seguindo pelo Equador até chegarem nas fronteiras do norte brasileiro.

De acordo com o relatório emitido em 2017 pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), os haitianos foram o grupo de imigrantes que tiveram maiores modificações sociais nos últimos anos. No triênio 2011-2013, nota-se a predominância da presença de homens, em se tratando do vínculo formal de trabalho, representando 89% em 2011, 88% em 2012 e 86% em 2013 (CAVALCANTI *et al*, 2017, p. 107). Embora os estados do Norte, principalmente Rondônia e Amazonas, tenham reduzido sua participação no quadro de haitianos empregados formalmente, o relatório confere destaque até o ano de 2013 para São Paulo, Paraná e Santa Catarina. De acordo com Cavalcanti (*et al*, 2017, p. 107),

No ano de 2013, 6.809 haitianos encontravam-se formalmente empregados em “Outras Unidades da Federação”. Trata-se de 46,7% do total de 14.579 haitianos e mais de três vezes o número de haitianos empregados em São Paulo (2.167), o que demonstra a grande dispersão dos cidadãos haitianos pelo território brasileiro.

Dos 14.579 haitianos que imigraram para o Brasil até 2013, cerca de nove mil conseguiram vistos humanitários (COGO, 2014). Nas páginas 110 e 111 do relatório, dedicadas às estatísticas sobre o grau de escolaridade dos haitianos, pouco destaque é dado àqueles que possuem ensino médio completo ou superior, conferindo ênfase ao número de analfabetos que imigraram. Em 2015, os Ministérios da Justiça, do Trabalho e da Previdência Social autorizaram o visto de residência permanente no Brasil para 43.781 haitianos que se encontravam em situação irregular, os quais poderiam obter a carteira de trabalho de estrangeiro e teriam acesso ao mercado de trabalho formal, à saúde e à educação (PORTAL BRASIL, 2015).

Devido a construção de uma imagem fictícia de um Brasil orgulhoso de sua mestiçagem, que vê nessa mesma mestiçagem a possibilidade de negociação cultural, política e econômica, o país se torna o destino ideal para refugiados de vários cantos do planeta. No entanto, a sociedade brasileira ainda vive sob as sombras de uma desigualdade social camuflada de uma suposta “democracia racial”, que imprime suas marcas no dia a dia de homens e mulheres negras do Brasil.

Essas marcas da opressão racial mostram sua feição logo após a abolição de africanos escravizados, pois, mesmo com o passaporte de liberdade, sofreram as duras penas do processo de integração do ex-escravizado com os antigos senhores no Brasil do século XIX (FERNANDES, 1978). Com a imigração de europeus no final do século XIX e início do século XX, aliada ao processo de branqueamento que o país sofreu, a estrutura demográfica do país mudou, e, com ela, as informações sobre os registros de nascimento de crianças mulatas registradas como brancas, a fim de que tivessem maior aceitação social por parte de famílias brancas (FERNANDES, 1978). A esse processo, Florestan Fernandes (1978) chamou de “déficit negro”, o que não ocasionou mudança social alguma na vida do negro recém-liberto.

Esse “déficit negro” parece ter sofrido na atualidade um abalo nas estatísticas do país, mesmo que as marcas da opressão racial no Brasil se perpetuem. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014, realizada pelo IBGE, 53% dos brasileiros se declararam pardos ou negros, em comparação a 45% que se declararam brancos. Há um contraste entre esses dados e os de 2004, quando 51,2% da população brasileira se declarou branca, enquanto 42% se definiram como pardos e 5,9% como negros. As pesquisas apontam que essa mudança significativa se deve não à miscigenação, mas à auto declaração (ROSSI, 2015). Isso pode ser o indicativo de uma visão mais positiva da negritude por parte dos negros, por conta do acesso à história das culturas africanas e afro-brasileiras através da educação.

Valentim (2012) e Htun (2004) destacam que a política afirmativa de cotas, adotada em primeira mão pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), contribuiu para a visibilidade das tensões raciais no Brasil. Embora os críticos dessa política apontem a constitucionalidade das mesmas como um “risco de racismo”, de “fortes conflitos” e da “diminuição da qualidade da formação universitária”, essa iniciativa colabora “positivamente para desvelar [a] invisibilização e não reconhecimento [da discriminação e do preconceito tanto] no contexto do ensino superior [brasileiro] quanto da sociedade em geral” (VALENTIM, 2012, p. 09). Htun (2004, p. 85) afirma que “as cotas obrigam as pessoas a dialogarem sobre raça”, já que “o ato de propô-las expõe o racismo”.

Essas mudanças, mesmo significativas, não foram o bastante para diminuir o número da população carcerária negra no Brasil e o número de homens e mulheres negras vítimas da polícia e de uma mídia que desses fatos se alimenta. A institucionalização de práticas racistas no Brasil é tão intensa e tão antiga que chega a causar uma espécie de paralisia cordial na sociedade brasileira quando se trata da violação de leis e de direitos relacionados à discriminação e violência raciais.

O caso de Cláudia Ferreira da Silva, que foi arrastada por um carro da Polícia Militar do Rio de Janeiro, em plena Copa do Mundo de 2014; o assassinato de 12 jovens, entre 16 a 27 anos na Chacina do Cabula, na Bahia, por policiais militares (absolvidos do caso), às vésperas do Carnaval de 2015; Rogério Silva Santos, morto por policiais em São Paulo; as chacinas do Vigário Geral e da Candelária, que completam vinte e cinco anos em 2018 são alguns dos muitos exemplos de violência física e morte que atingem os negros brasileiros. Os dados do Mapa da Violência de 2016, organizado por Júlio Jacobo Waiselfisz (2015, p. 80), apontam que, em 2012, no Brasil, morreram por armas de fogo 10.632 brancos (11,8 óbitos para cada 100 mil brancos) e 28.946 negros (28,5 óbitos para cada 100 mil negros), o que representa duas vezes e meia mais mortes de negros do que brancos. Em referência ao documento, Martim Sampaio, coordenador da comissão de Direitos Humanos da OAB-SP, afirmou ao jornal *El País* que

esse acréscimo de mortes entre os negros é lamentável, mas não surpreende. As vítimas preferenciais da violência, chacinas e violações cometidas por agentes da lei são as populações pobres, negras e periféricas. Essa população, apesar de numerosa, é invisível. Se fossem jovens brancos, essas taxas de homicídio provocariam reações fortíssimas (ALESSI, 2015, p. 2).

O Atlas da Violência de 2016 aponta Alagoas como o estado com maior índice de assassinatos de afrodescendentes. Em 2014, para cada branco que sofreu homicídio, 2,4 negros foram mortos (CERQUEIRA *et al.*, 2016, p. 23). Ao compararmos os dados com o Atlas da Violência de 2018, percebemos que “os dados trazidos [por ele] vêm complementar e atualizar o cenário de desigualdade racial em termos de violência letal no Brasil já descrito

por outras publicações” (CERQUEIRA *et al.*, 2018, p. 40). Fontes da Anistia Internacional revelam que, das 56.000 pessoas assassinadas no Brasil em 2012, 30.000 são jovens e, desse total, 77% são negros. O relatório do Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) – Violência e Desigualdade Racial de 2014 mostra que a violência a que os jovens brasileiros estão submetidos está diretamente ligada à cor da pele.

Toda essa problemática atinge diretamente os imigrantes haitianos. Em 2014 e 2015, trabalhadores e imigrantes haitianos ou sofreram espancamento ou foram baleados. No dia 1º de agosto de 2015, seis imigrantes haitianos foram baleados em São Paulo, no local onde funciona a instituição “Missão Paz”, que acolhe imigrantes e refugiados. Além disso, ao chegarem ao Brasil, encontram problemas com a língua e com questões trabalhistas, pois as políticas públicas já instituídas para imigrantes haitianos não contemplam de modo inclusivo a todos os haitianos que para cá imigram.

A violência e as “imagens intoleráveis”

Entre a invisibilidade da violência contra o negro brasileiro, que se debruça sobre o negro haitiano na forma de um parto gêmeo, há um potente regime de imagens que nos faz retomar ao que disse Rancière (2012, p. 94):

Os meios de comunicação não nos afogam de modo algum sob a torrente de imagens que dão testemunho de massacres, fugas em massa e outros horrores que constituem o presente de nosso planeta. Bem ao contrário, eles reduzem o seu número, tomam bastante cuidado para selecioná-las e ordená-las. Eliminam tudo que possa exceder a simples ilustração redundante de sua significação. O que vemos, sobretudo nas telas de informação de televisão, é o rosto de governantes, especialistas e jornalistas a comentarem as imagens, a dizerem o que elas mostram e o que devemos pensar a respeito. Se o horror está banalizado, não é porque vemos imagens demais. Não vemos corpos demais a sofrerem na tela. Mas vemos corpos demais sem nome, corpos demais incapazes de nos devolver o olhar que lhes dirigimos, corpos que são objeto de palavra sem terem a palavra (RANCIÈRE, 2012, p. 94).

Em sua pesquisa, Cogo (2014) esclarece que o uso de imagens dentro dos mais diversos campos semânticos utilizados pela mídia hegemônica brasileira tratam a vinda dos haitianos para o Brasil como “‘chegada massiva’, ‘invasão’, ‘descontrole por parte das autoridades’ e ‘ilegalidade por parte dos imigrantes’” (COGO, 2014, p. 29). De acordo com Rancière (2012), o problema dessas imagens não se restringe ao intolerável ou ao respeito pela dignidade humana: ao mesmo tempo em que elas se mostram como denúncia, outras imagens (as do consumo, de caráter negativo impostas ao corpo negro, construídas pela mídia hegemônica) surgem dentro desse mesmo fluxo e se alimentam desse duplo regime. É como um maço de cigarros: exhibe a coexistência da estampa, do estímulo ao consumo, ao mesmo tempo em que expõe fotografias com os malefícios causados pelo fumo, dentro de

um mesmo espaço-tempo. É essa coexistência dentro de um mesmo regime que produz o intolerável, a inversão da vida, que “[...] consiste em [em nos tornar] consumidor[es] passivo[s] de mercadorias que são imagens e de imagens que são mercadorias” (RANCIÈRE, 2012, p. 87).

Ao retornarmos à imagem primária aqui evocada, ao mesmo tempo em que é insuportável, não é suficiente “[...] para que ela torne os que a veem conscientes da realidade do imperialismo e desejosos de opor-se a ele” (RANCIÈRE, 2012, p. 87). O menino haitiano, narrado pelo apresentador de televisão, torna-se a imagem intolerável. De nada adianta a repulsa ao se deparar com a ela. A imagem só surtirá efeito político se houver predisposição de quem a vê para combater o seu regime. Existe um jogo de expectativas entre o que se apresenta e para quem é apresentado: o leitor dessas imagens precisa se posicionar. É o que se espera do leitor, do poder da leitura, a necessidade da ação diante delas, fazer o inverso, ou, como afirma Rancière (2012), é preciso usar esse mesmo fluxo imagético do qual se alimenta o imperialismo midiático para se construir imagens de ação. É apropriar-se desse sistema de produção de imagens que produzem significações negativas em torno do imigrante haitiano e nele apropriar-se também de sua História.

Ainda que exista toda uma tentativa de se declarar odes à pretensa democracia racial brasileira, constituída de tantos modos, surgem alguns questionamentos: como é possível sair desse regime de imagens negativas em torno do corpo negro? Como não ser cúmplice de um regime que se apropria da História, da calamidade, da cultura e da vida de pessoas? De que maneira conseguimos nos libertar dos aprisionamentos de memória em relação às práticas de significação do corpo negro, que receberam diferentes contornos na contemporaneidade? Como conferir diferentes enfoques à diáspora haitiana para o Brasil, sem considerá-la apenas como fruto da pobreza e desigualdade social no Haiti?

A partir dessas questões, entramos em uma outra dimensão, à qual Didi-Huberman (2010) denomina “dilema do visível”, que interroga a forma como nos relacionamos com as imagens. Para Didi-Huberman, não basta olhar para ver, não se trata de um movimento limitado à visão. Significa perceber que ver não é um ato passivo, mas um ato de participação do sujeito na totalidade da imagem, podendo os objetos assumir formas diferentes a cada olhar e para cada sujeito que olha. Perceber que, na relação entre “viajantes e visitados” (PRATT, 1999a, p. 32), há uma relação de poder sobre o *Outro*, sobre a imagem e a história desse *Outro*. Eis um dos dilemas atuais do povo brasileiro: quebrar os espelhos imagéticos neocoloniais que se apresentam em torno da imagem do imigrante haitiano, tornando-se mais que um mero espectador diante dos regimes representacionais imperialistas.

Considerações Finais

Conforme apontamos, a produção imagética em torno do continente africano perpassa a história colonial das Américas desde o século XVI, tendo em vista que a produção do “Outro colonizado e escravizado” necessitava de arquétipos discursivos capazes de justificarem o regime escravocrata e sua perpetuação. Nessa mesma trilha, o discurso em torno desse “*Outro*” tomou outras proporções com o advento da fotografia colonial e com os meios de comunicação de massa, que geraram imagens visuais muito potentes e imediatas de vitimização e expropriação histórica de populações afrodescendentes que se constituíram pelo mundo, tal como ocorre no Haiti, primeiro país das Américas a se tornar livre da escravidão, em 1804. A partir da imagem evocada no início da reflexão através de um relato de viagem, compreendemos que, da mesma forma que o legado africano no Brasil esteve fora das discussões históricas canônicas durante muito tempo, a Revolução Haitiana foi ignorada pela História oficial, pois ainda se percebe imersa nos porões da memória escravista e dos golpes militares.

Uma das contrapartidas contemporâneas desse olhar sobre o Haiti extrapola os limites do Estado-nação ao considerarmos os fluxos migratórios de haitianos para o Brasil, através da intolerância do sistema fronteiriço brasileiro com imigrantes e a violência sofrida por eles quando aqui desembarcam. No caso haitiano, como demonstramos, a violência parte do plano simbólico para o plano físico através das tensões raciais vivenciadas pela população negra brasileira. Sob o mito de uma democracia racial gerada a partir da forçada miscigenação no solo brasileiro, bem como de um regime de confinamento representacional da imagem do corpo negro, negros haitianos e brasileiros são enquadrados dentro de um mesmo sistema genocida, que aniquila qualquer possibilidade de diferenciação cultural entre esses grupos sociais e os impõe uma vulnerabilidade social muito maior devido ao fator epitelial.

Embora distantes de uma solução plausível para tal, é na qualidade de espectadores emancipados dessas imagens, em termos de Rancière (2012), que podemos iniciar a construção de leituras distantes desse confinamento representacional da diáspora haitiana no Brasil e percebermos em que medida podemos construir um ambiente de acolhimento e justiça para aqueles que, imersos em movimentos diaspóricos voluntários ou compulsórios, decidem residir aqui.

IMAGES ABOUT HAITIAN DIASPORA IN BRAZIL OR THE MIRROR OF A NEO-COLONIAL POINT OF VIEW

Abstract: From a Postcolonial perspective as well as through the Image Theory (DIDI-HUBERMANN, 2010; RANCIÈRE, 2012), this article brings to light selected images about the Haitian diaspora in contemporary Brazil, in addition to emphasize the presence of Brazil in Haiti through the Brazilian Army, within the hegemonic media's imagery flow. We call the reader's attention to the way in which these images are imprisoned in regimes of victimization and historical expropriation of the life of these subjects, considering how these images can free themselves from the stereotypes in which they are confined.

Keywords: Haitian diaspora in Brazil. Migrations. Violence. Haitians. Black genocide.

Referências

ALESSI, Gil. Morte por arma de fogo cresce entre negros e cai entre brancos no Brasil. O Mapa da Violência 2015 mostra que negros têm 2,5 mais chances de serem mortos. *El País*, Mapa da Violência 2015, 13/05/2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/-2015/05/13/politica/1431542397_442042.html. Acesso em 08/02/2018.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Jovem Negro Vivo*. Disponível em: <https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/>. Acesso em 08/02/2018.

BARROS, Thiane Neves. Cláudia Ferreira da Silva: Arrastada sim, sem Identidade não. *Blogueiras Negras, Resistência*. 17/03/2015. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org-/2015/03/17/claudia-ferreira-da-silva-arrastada-sim-sem-identidade-nao/>. Acesso em 08/02/2018.

COGO, Denise. Haitianos no Brasil: comunicação e interação em redes migratórias transnacionais. *Chasqui - Revista Latinoamericana de Comunicación*, n. 125, março/2014, pp. 02-27.

BRASIL. *Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014*. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org-/images/0023/002329/232972POR.pdf>. Acesso em 08/02/2018.

CARRILLO, Marilou. *The Colonizer/Colonized Dichotomy: Is That All There Is?*. 2003. Disponível em: [http://edocs.lib.sfu.ca/ccrc/html/CCRC_PDF/ColonizerColonizedDichotomy\(MarilouCarrillo\).pdf](http://edocs.lib.sfu.ca/ccrc/html/CCRC_PDF/ColonizerColonizedDichotomy(MarilouCarrillo).pdf). Acesso em 08/02/2018.

CARTA CAPITAL. Seis haitianos são baleados em São Paulo. *Sociedade*, 08/08/2005. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/seis-imigrantes-haitianos-sao-baleados-em-sao-paulo-9027.html>. Acesso em 08/02/2018.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; ARAÚJO, Dina; TONHATI, Tânia (Org.) A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. *Cadernos*

OBMigra, Ed. Especial, Brasília, 2017. Disponível em: <<http://obmigra.mte.gov.br/index.php/relatorio-anual>>. Acesso em 02/03/2018.

CERQUEIRA, Daniel, et al. *Nota Técnica: Atlas da Violência 2016*. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160405_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf>. Acesso em 08/02/2018.

_____. *Atlas da Violência 2018*. Brasília: IPEA, FBSP, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em 08/08/2018.

DIDI-HUBERMAN, Georges. A dupla distância. In *O que vemos, o que nos olha*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

HTUN, Mala. From “Racial Democracy” to Affirmative Action: Changing State Policy on Race in Brazil. *Latin American Research Review*, Vol. 39, N. 1, 2004, pp. 60-89.

HULK, Luciano. ‘Depois do que vi, acho que a Humanidade não deu certo’, diz Luciano Huck sobre Haiti. Apresentador relata, em artigo, o sofrimento que viu no país mais pobre das Américas. *Jornal O Globo*, Mundo. Rio de Janeiro, 05/06/2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/depois-do-que-vi-acho-que-humanidade-nao-deu-certo-diz-luciano-huck-sobre-haiti-19444700>>. Acesso em 02/02/2018.

_____. *Luciano Hulk vai ao Haiti e mostra vida dos militares brasileiros*. Apresentador do ‘Caldeirão do Hulk’ conhece histórias de quem está envolvido na Missão das Nações Unidas para Estabilização no país. 2016. Disponível em: <<http://gshow.globo.com/tv/noticia/2016/07/luciano-huck-vai-ao-haiti-e-mostra-vida-dos-militares-brasileiros.html>>. Acesso em 10/02/2018.

MARREIRO, Flávia. Sentença-relâmpago na Bahia absolve policiais por mortes do Cabula. Juíza absolveu acusados pela promotoria de executar 12 em bairro de Salvador. *El País*, Violência Policial, 26/07/2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/25/politica/1437834347_077854.html>. Acesso em 08/02/2018.

PIMENTEL, Marília Lima; COTINGUIBA, Geraldo C. Elementos etnográficos sobre imigração na Amazônia Brasileira: Inserção social de haitianos em Porto Velho. *Revista Temas de Antropología y Migración*, No. 7, Dezembro/2014, pp. 31-55.

PORTAL BRASIL. *Brasil autoriza residência permanente a 43,8 mil haitianos*. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/11/brasil-autoriza-visto-de-residencia-permanente-para-43-8-mil-haitianos/@nitf_custom_galleria>. Acesso em 10/02/2018.

PRATT, Mary Louise. *Olhos do Império: Relatos de viagem e transculturação*. Bauru, Edusc, 1999a.

_____. Pós-Colonialidade: projeto incompleto ou irrelevante? In VÉSCIO, L.E., SANTOS, P.B. *Literatura e História: perspectivas e convergências*. Bauru, SP: EDUSC, 1999b.

RANCIÈRE, Jacques. A imagem intolerável. In *O espectador emancipado*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

ROSSI, Marina. Mais brasileiros se declaram negros e pardos e reduzem número de brancos. *El País, Brasil*, 16/11/2015. Disponível em: <<http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/politica/1447439643-374264.html>>. Acesso em 10/02/2018.

SANTIAGO, Silviano. A literatura brasileira da perspectiva colonial – um depoimento [A literatura brasileira à luz do pós-colonialismo]. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 07/09/2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/09/1511606-a-literatura-brasileira-a-luz-do-pos-colonialismo.shtml>>. Acesso em: 08/02/2017.

SANTOS, Eloína Prati dos. Pós-Colonialismo e Pós-Colonialidade. In: FIGUEIREDO, Eurídice (Org.). *Conceitos de Literatura e Cultura*. Niterói: EdUFF; Juíz de Fora: EdUFJF, 2010, pp. 342-343.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VALENTIM, Daniela Frida Drelich. *Ex-alunos negros cotistas da Uerj: os desacreditados e o sucesso acadêmico*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2012.

VÉRAN, Jean-François; NOAL, Débora da Silva; FAINSTAT, Tyler. Nem Refugiados, nem Migrantes: A Chegada dos Haitianos à Cidade de Tabatinga (Amazonas). *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 57, No. 4, 2014, pp. 1007 a 1041.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. *Mortes Matadas por Arma de Fogo: Mapa da Violência 2015*. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>>. Acesso em: 08/02/2018.

SOBRE O AUTOR

Jânderson Albino Coswosk é doutorando em Literaturas de Língua Inglesa pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES).

Recebido em 27/03/2018

Aceito em 15/10/2018